

#### EDITORIAL

A 3ª. Conferência Nacional das Cidades realizada em Brasília, de 25 a 29 de novembro foi resultante de um processo político no qual o Conselho das Cidades teve um papel importante na convocação e na sua condução, ao longo das plenárias e nas sessões temáticas. A participação de amplos segmentos da sociedade e a afirmação do exercício democrático percebido embora presente na Conferência, revelam a necessidade de constituição de novos espaços institucionais e de políticas para enfrentar os desafios da desigualdade, da segmentação social, da exclusão, recuperando a possibilidade de pensar a cidade múltipla. A Anpur esteve presente com os delegados: Edna Castro (UFPA), Ana Fernandes (UFBA), Nabil Bonduki (USP) e Brasilmar Ferreira (UNNB), e espera que esses processo tenha a continuidade que a ação democrática requer.

Edna Castro  
Presidente da **ANPUR**

#### REUNIÃO DO GPEAN

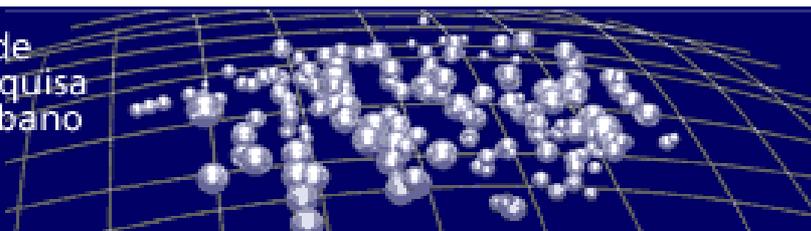
Durante a Conferência Anual da AESOP – Association of European Schools of Planning, que aconteceu em Nápoles, em julho último, reuniu-se o GPEAN – Global Planning Education Association Network ([www.gpean.org](http://www.gpean.org)), através de seu comitê coordenador, composto por um representante de cada associação-membro. A ANPUR integra esse comitê ao lado da africana AAPS, da norte-americana ACSP, da canadense ACCUP, da europeia AESOP, da latino-americana ALEUP, da neozelandesa ANZAPS, da asiática APSA e da associação de língua francesa APERAU. A direção da rede, até o próximo ano, está assegurada pela AAPS (Vanessa Watson, chair), ACSP (Christopher Silver, co-chair) e ANZAPS (Ali Memon, secretary), enquanto a APSA (Lee Lik Meng, treasurer) tem essa responsabilidade até 2010.

A pauta foi bastante extensa e demandou três períodos de reunião. Os principais pontos tratados foram de ordem organizativa.

Decidiu-se por uma maior interação entre o comitê coordenador e o comitê organizador das conferências, as duas principais instâncias de formulação e implementação das atividades da rede. Através de uma alteração no seu estatuto, aprovada por todos os presentes, cada um dos comitês passa a ter um representante sem direito a voto no outro comitê, de forma a possibilitar uma discussão e um acompanhamento mais proativo entre as duas instâncias. A próxima conferência – o III WPSC World Planning Schools Congress – deverá acontecer em 2012 e a chamada de propostas para sediar o evento ficou prevista para dezembro de 2007.

Ainda nesse âmbito, elegeram-se a presidente (Johanna Looye, ACSP) e um dos co-presidentes (David Amborski, ACCUP) do próximo congresso mundial, na reunião conjunta realizada entre o comitê coordenador do GPEAN e o comitê organizador do congresso. A ANPUR está pleiteando a segunda vaga de co-presidente, já tendo indicado o Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG) como seu representante nesse comitê.

Em termos de publicações, está em processo de preparação a terceira versão do DURP – Dialogues in Urban and Regional Planning III, da qual a profa. Heloisa Costa (UFMG), ex-presidente da **ANPUR**, é uma das co-editoras. Espera-se o lançamento do livro para 2008, publicado mais uma vez pela inglesa Taylor & Francis. Ainda na vertente publicações, continua



em articulação e em discussão a possibilidade de participação do GPEAN na publicação da UN-Habitat sobre a educação para o planejamento, prevista para 2009. A principal questão levantada é como se daria essa participação, uma vez que não há entendimento consensual dos membros da rede a esse respeito.

Por fim, continua posta a questão de como e para onde ampliar as relações do GPEAN com outras organizações, associações e redes, garantindo seu caráter acadêmico e de representatividade equilibrada entre leste e oeste, norte e sul.

A próxima reunião dos dois comitês está prevista para julho de 2008 em Chicago, momento em que tem lugar o congresso conjunto entre ACSP e AESOP (<http://www.aesop-planning.com/> ou <http://acsp.org/events/conferences.html>).

Ana Fernandes FAUFBA  
Representante da **ANPUR** no GPEAN

#### **APPURBANA2007**

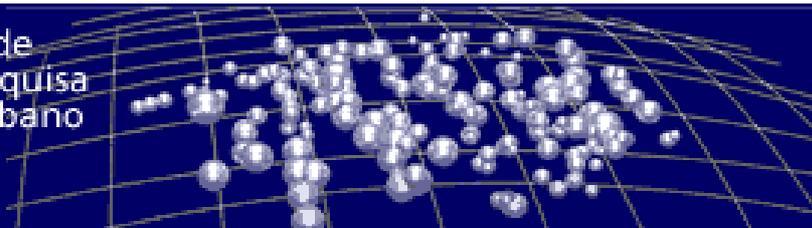
Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo - Promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP (Área de Concentração Habitat), Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC Campinas (Grupo de Pesquisa Água no Meio Urbano), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ - IPPUR/UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, o seminário realizou-se no período de 04 a 07 de setembro no edifício da FAU-USP, em São Paulo.

Contou com conferências e mesas redondas, apresentação de trabalhos profissionais e de pesquisa, exposição de projetos e visitas técnicas, para discussão científica sobre os limites entre urbanização e preservação ambiental nas Áreas de Preservação Permanente nas cidades brasileiras.

O evento reuniu pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, que em seu trabalho convivem com a tensão entre a habitação de interesse social e as condições ambientais, buscando a integração entre a função social da propriedade e o direito a um ambiente sadio e seguro.

Com quatro dias de atividades, o seminário contabilizou quase 600 inscritos, entre profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas regiões do país. Atendendo à chamada de trabalhos, mais de 250 resumos ampliados foram oferecidos. Dentre esses, foram selecionados 128 trabalhos para apresentação oral e 41 para apresentação em pôster, divididos em três grupos de trabalho: Projetos e ações; Avaliação de resultados de projetos e instrumentos de monitoramento e gestão do espaço; Institucionalização de ações, articulações e complementaridade.

A temática dos trabalhos envolveu projetos e ações visando a requalificação e recuperação das APPs, intervenções em assentamentos humanos precários, avaliação dos resultados e metodologias de avaliação, entre outros. Os estudos de caso apresentados reforçaram a complexidade do tema, a heterogeneidade de situações e de tipologias de intervenção, enfatizando a necessidade de tratamentos diferenciados para a imensa diversidade de situações, entre características dos biomas, do tamanho das cidades e da posição específica de cada local



relativamente ao núcleo urbano, comparando-se os benefícios dos resultados das ações.

Como parte das atividades houve a mostra de experiências de intervenções em APPs organizada pela ANAMMA, a partir de material produzido para seu Encontro Nacional, em julho. Foram apresentados no saguão dos eventos duas dezenas de pôsteres vindos das mais diversas partes do país.

Complementando as atividades do seminário, os participantes puderam acompanhar uma visita técnica preparada por pesquisadores da UFABC e pela Prefeitura de Santo André, visitando diferentes experiências em APPs realizadas naquele município, com acompanhamento dos pesquisadores e de técnicos municipais.

Analisando a síntese das discussões nos grupos de trabalhos, mostrou-se evidente a necessidade de consolidação da agenda de pesquisa sobre o tema, buscando garantir a continuidade nos debates, melhorar o diálogo e apontar alternativas para a resolução os conflitos entre os diversos setores envolvidos nas questões ambientais urbanas e promover capacitação institucional. Entre os encaminhamentos, elaborados como síntese pela Comissão Científica e estruturados em termos de proposta pela Comissão Organizadora que os apresentou aos participantes na sessão de fechamento, destacam-se os seguintes:

Organização de uma Agenda de Pesquisa na área e criação de uma rede de pesquisadores com a participação de universidades e instituições;

Preparação de livro contendo uma seleção de trabalhos do seminário e textos novos de aprofundamento teórico das principais questões levantadas;

Realização, no final de novembro, de vídeo-conferência de pesquisadores da Comissão Científica apresentando desdobramentos dos trabalhos. É prevista a participação de estudantes de pós-graduação envolvidos com o tema em cada uma das instituições participantes;

Manutenção do site do evento: [www.fau.usp.br/appurbana2007](http://www.fau.usp.br/appurbana2007), como espaço para divulgação de notícias e inclusão de links para os diversos grupos de pesquisa que trabalham sobre a temática. Os vídeos das conferências e mesas redondas do seminário permanecerão para consulta no site, bem como os resumos ampliados dos trabalhos. Os vídeos já estão disponíveis; os resumos ampliados e links logo mais estarão;

Promoção de encontros regionais abordando aspectos específicos das diferentes situações e condições do país, mantendo a perspectiva de encontros nacionais bienais;

ANAMMA promoverá em seu próximo encontro nacional oficina de resolução de conflitos em APPs, desenvolvendo proposições que contemplem soluções adequadas segundo as diferentes visões setoriais;

ANPUR propiciará espaço para sessão coordenada sobre a interface urbano-ambiental;

Promoção de capacitação institucional para a execução de políticas de gestão integrada entre os diversos setores de Urbanismo, Saneamento e Meio Ambiente.

Maria Lucia Refinetti Martins  
pela Comissão Organizadora do APPUrbana2007



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional

Setembro/novembro de 2007

boletim da anpur n. 15

### III CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

No intuito de viabilizar a materialização do preceito constitucional de democracia participativa, importantes instrumentos têm sido legitimados no espaço público como alternativa ao exercício da participação social.

O Ministério das Cidades tem possibilitado a efetivação de alguns instrumentos que dialogam com a diversidade de atores sociais do país ao viabilizar a constituição do Conselho das Cidades e a realização das Conferências Nacionais das Cidades. Essa nova forma de gestão pública iniciada na administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa uma opção por planejar coletivamente a agenda de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, para o país.

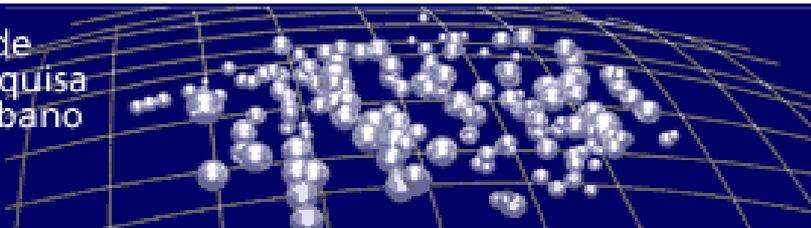
A 1ª e a 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizadas em 2003 e 2005, deram início às primeiras discussões sobre a construção da PNDU. No período de 25 a 29 de novembro de 2007 será realizada a 3ª Conferência Nacional das Cidades com o Lema “**Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social**” e o Tema “**Avançando na gestão democrática das cidades**”. A preocupação central da 3ª Conferência é continuar com a construção da PNDU para o país, sem deixar de abordar temas centrais relacionados ao cotidiano da gestão do poder público nas três esferas de governo.

Nessa 3ª Conferência, o debate em torno do tema busca promover a reflexão acerca de como as políticas e investimentos nos três níveis de governo na área da política urbana estão contribuindo para reverter à lógica da desigualdade e da exclusão territorial, bem como para reverter a lógica de fragmentação e desarticulação das intervenções setoriais e inter-governamentais. Tal discussão chama a atenção, sobretudo, para a importância da integração das políticas setoriais e das ações governamentais na área de desenvolvimento urbano, para o enfrentamento dos problemas que acometem as cidades brasileiras.

Ao trazer a discussão para a ótica das realidades em âmbito local, a proposta também vislumbra a reflexão acerca da capacidade de gestão dos governos, ou seja, um debate sobre a capacidade de planejar o desenvolvimento das cidades e suas intervenções de forma integrada e com participação social. Este enfoque da participação social será aprofundado por meio do debate da construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, entendido como o principal mecanismo para viabilizar a gestão democrática da PNDU.

A 3ª Conferência também propõe um balanço das ações e políticas já desenvolvidas, a partir das duas conferências já realizadas. A 1ª Conferência Nacional das Cidades possibilitou o direcionamento das políticas setoriais – habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão do solo urbano - desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, além de aprovar atribuições, estabelecer a composição e eleger as entidades que fizeram parte da 1ª gestão do Conselho das Cidades em âmbito nacional.

Em 2005, a 2ª Conferência Nacional das Cidades avançou significativamente no debate que ampliou a discussão da política para temas transversais, tais como: a participação e o controle social, a questão federativa, o desenvolvimento regional urbano e metropolitano e o financiamento do desenvolvimento urbano.



Atribuí-se destaque às duas primeiras conferências na medida em que representaram importante avanço no processo de elaboração da PNDU, contando ambas com um expressivo número de participantes representando diversos segmentos sociais nas Conferências Nacionais e nas esferas estaduais e municipais, conforme tabela abaixo.

Etapas	Dados	1ª Conferência	2ª Conferência
Preparatórias	Total de Conferências Municipais	1430	869
	Total de Conferências Regionais	150	243
	Total de Municípios que participaram	3457	3120
	Total de Conferências Estaduais	27	27
Nacional	Total de delegados participantes	2095	1820

Assim como nas duas conferências anteriores, na 3ª Conferência será necessária uma grande mobilização por parte dos governos e da sociedade civil para que possamos realizar as etapas preparatórias e ampliarmos esse histórico de participação. Os estados e municípios possuem o importante papel de encaminhar o debate sobre a política urbana, a fim de consolidá-lo nos âmbitos local, regional e nacional.

Maiores informações podem ser obtidas no próprio site ou pelo contato com a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades pelo telefone: (61) 2108-1641, fax: (61) 2108-1613, e pelo e-mail: [conselho@cidades.gov.br](mailto:conselho@cidades.gov.br)

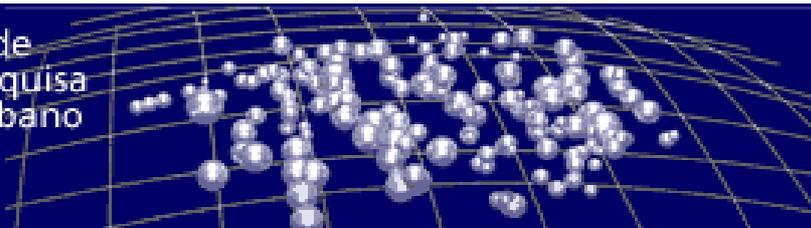
**DELEGADOS DA  
ANPUR NO  
CONSELHO DAS  
CIDADES**

Os representantes da **ANPUR** para este encontro serão:

Titular	Suplente
Ana Fernandes - UFBA Edna Maria Ramos de Castro - UFPA Nabil Georges Bonduki - USP Tomás Antonio Moreira - UFSC Brasilmar Ferreira Nunes – UnB	João Farias Rovati - PROPUR/UFRS José Júlio Lima - UFPA Virgínia Pontual - UFPE



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



Setembro/novembro de 2007

boletim da anpur n. 15

## **II ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**

O II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e o I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas – evento de âmbito internacional e de caráter multidisciplinar – resulta do esforço de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, organizados na Rede Ciências Sociais e Barragens, envolvendo distintos núcleos de pesquisa, laboratórios e programas de pós-graduação, orientados não somente em estudar os impactos sociais das barragens, mas, sobretudo, em trazer para o espaço acadêmico outras perspectivas de estudos, oferecendo à sociedade e às agências governamentais ligadas ao setor hídrico, abordagens instigantes e provocativas, capazes de promover o diálogo entre a visão de profissionais e técnicos dos setores elétrico e ambiental, de um lado, e a dos cientistas sociais, envolvendo, também, a participação de outros segmentos sociais.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) em conjunto com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade Católica do Salvador (UCSAL), assumem a promoção do evento, estando a direção a cargo do Mestrado e do Departamento de Geografia da UFBA (MGEO/UFBA) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ), sob coordenação de Guiomar Germani e Carlos Vainer.

## **I ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES**

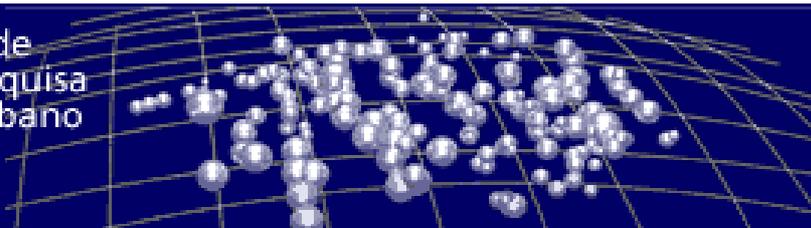
O I Encontro Latino Americano de Ciencias Sociales e Represas II Encontro Ciências Sociais e Barragens e o que serão realizados em Salvador (Centro de Convenções da Bahia), entre os dias 19 e 22 de novembro, têm uma programação variada e de excelência. A formatação do evento compreende seis Mesas Redondas, 10 Sessões Temáticas, painéis, mostra fotográficas e de vídeos documentários. Serão apresentados 125 trabalhos de diferentes áreas do conhecimento e de pesquisadores de vários países.

Pessoas de diferentes partes do Brasil e de exterior estão inscritos. Além de acadêmico, o evento está se revestindo também de um caráter político e militante. Autoridades, funcionários e técnicos de agências governamentais vinculados ao setor energético e de controle da água, delegações do Movimento de Atingidos por Barragens, militantes do Fórum de Defesa do Rio São Francisco, ambientalistas e lideranças dos grupos indígenas sanfranciscanos, sinalizaram suas presenças.

Os eventos designados acima se destinam a reunir Cientistas Sociais estudiosos dos processos associados ao planejamento especialistas, pesquisadores e técnicos que desenvolvem atividades relacionadas à temática do planejamento, implantação e operação de barragens, gerando uma visão do conjunto do estado atual da pesquisa e das práticas, fomentando o diálogo com os diversos agentes envolvidos na consecução dos projetos, em especial com as populações atingidas, os grupos ambientalistas e o Estado.

Este é um tema relativamente novo na área das Ciências Sociais, que entra em pauta na década de 1980, já apresentando uma produção significativa, mas ainda dispersa e que abrange as várias dimensões das Ciências Sociais. A realização do I Encontro Ciências Sociais e Barragens, em 2005, no Rio de Janeiro, teve a tarefa de mapear os pesquisadores, laboratórios e grupos de pesquisa dos principais centros acadêmicos do país, bem como de técnicos e de autoridades ligadas às agências governamentais do setor energético e ambiental servindo de base para a formação da Rede Ciências Sociais e Barragens.

A realização do II Encontro amplia a abrangência nacional e internacional do debate, visando consolidar os canais de interlocução entre os interessados e avançar na construção da Rede de Ciências Sociais e Barragens, buscando a promoção de discussões mais qualificadas e



atualizadas, colocando-se numa perspectiva de superação da dicotomia entre a visão acadêmica e técnica/governamental. Também instituiu espaço para uma abordagem na perspectiva de aproximar as diferentes áreas de conhecimento das Ciências Sociais e ampliar o diálogo com as outras áreas do conhecimento possibilitando uma visão de totalidade frente a uma questão cuja complexidade escapa de qualquer campo disciplinar específico, o que impõem a transdisciplinaridade como meta para a compreensão da temática.

Não restam dúvidas que hoje a questão da energia se coloca como fundamental para discussão das propostas de desenvolvimento de nossa sociedade. Ao lado de uma ampla discussão sobre alternativas energéticas a construção de hidroelétricas continua a ter papel de proeminência nas políticas de geração de energia. O atual governo brasileiro coloca a questão da energia como um dos entraves ao desenvolvimento, a ser superado, e propõe, ao lado de outras matrizes energéticas, a construção de 63 hidroelétricas. Isto remete a uma discussão tanto do uso e aproveitamento dos recursos hídricos como de suas implicações e conseqüências em diferentes âmbitos. Porém, estas questões não são restritas ao Brasil, vão aparecer na pauta de todos os países latino-americanos, o que justifica a realização do evento em escala internacional.

A constituição de uma rede de cientistas sociais, em nível latinoamericano, nucleada pelo exame da ação de desenvolvimento por construção de barragens resgata o investimento em pesquisas realizadas em mais de duas décadas, que, ao ser disponibilizada em evento próprio para debate aberto, entre cientistas e não cientistas, cumpre o compromisso público de oferecer subsídios para o planejamento de novas intervenções e para monitoramento e remediação do etno-sócio-ambiente. Nesse sentido, o conhecimento do acervo de produção acadêmica sobre as experiências de construção de barragens possibilita pelo debate e pela reflexão novo patamar científico em prol do desenvolvimento econômico e social contemporaneamente desejado.

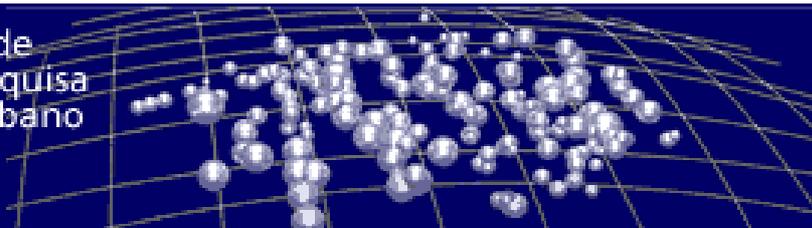
#### PROGRAMAÇÃO

##### MESAS REDONDAS

- MR 1 A grande barragem como objeto de estudo do cientista social
- MR 2 Barragens e poder: a geopolítica da água e energia
- MR 3 Deslocamentos compulsórios e reassentamentos: destinos e desatinos
- MR 4 Desenvolvimento, grandes projetos, populações indígenas e tradicionais: o desafio da sobrevivência.
- MR 5 Licenciamento e impactos sociais de barragens: desafios políticos
- MR 6 De sobradinho à transposição: para onde corre o São Francisco?

##### SESSÕES TEMÁTICAS

- ST1 Planejamento, processos decisórios e estruturas institucionais
- ST2 Conflitos sociais e organização das populações atingidas
- ST3 Populações indígenas e remanescentes de quilombos
- ST4 Experiências de reassentamento, reparação e compensação.
- ST5 Desenvolvimento Regional
- ST6 Cultura, memória e imaginário
- ST7 Impactos territoriais e ambientais
- ST8 Questões fundiárias antes e depois das barragens.
- ST 9 Pequenas barragens
- ST10 Povos e comunidades tradicionais da Amazônia atingidas e ameaçadas por barragens



**X SEMINÁRIO DE  
HISTÓRIA DA  
CIDADE E DO  
URBANISMO-2008**

**RECIFE -  
PERNANBUCO**

O X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (X SHCU), será realizado em Recife, Pernambuco entre os dias 08 e 10 de outubro de 2008. O X SHCU, está sendo organizado pelos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, em Arquitetura e Urbanismo da UFRGN, em Engenharia Urbana e Ambiental da UFPB e o Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado da UFAL.

É com grande entusiasmo acadêmico que estamos dando continuidade aos esforços da comunidade de pesquisadores que vêm realizando os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, desde 1990. As contribuições advindas com esses Seminários ao campo disciplinar da história urbana são significativas, estando registradas em trabalhos diversos.

Estamos, pois, convidando pesquisadores e estudiosos da história urbana a enviarem trabalhos para o X SHCU, na expectativa de que possamos contribuir para a consolidação desse campo, ao mesmo tempo em que propicie a abertura de novas agendas de pesquisa.

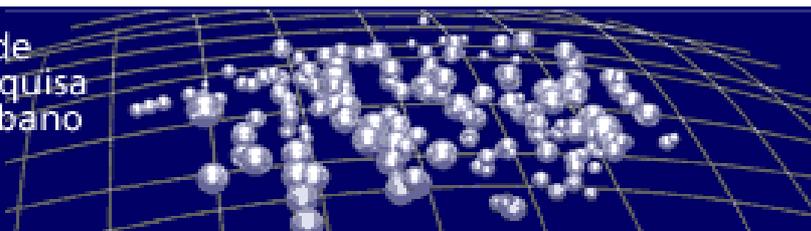
A temática central do X SHCU é **Cidade, território e urbanismo: heranças e inovações**. As cidades e os territórios como objeto de observação são resultado de teorias e práticas relativas a diversos campos disciplinares. Intenções e decisões de uma sociedade, de grupos sociais ou de especialistas são tratadas como iniciativas em resposta às dispersas e convergentes exigências em diversos espaços e segundo várias temporalidades. A história da cidade e do território tem se constituído em abordagens que dialogam com a disciplina do urbanismo. No campo do urbanismo estes objetos têm sido delineados por teorias e práticas que procuram não só antecipar como fazer acontecer um possível futuro, requerendo assim um contínuo movimento de crítica das heranças e inovação das suas ordens constitutivas. O presente da cidade, do território e do urbanismo requer a exploração das heranças teóricas e práticas, mas também o estabelecimento de elos comparativos superpondo espacialidades e temporalidades.

A programação do X SHCU constará de abertura, conferência, duas mesas redondas com convidados nacionais e internacionais, sessões de comunicações, sessões de interlocução entre grupos de pesquisa e eventos sociais. Embora a programação esteja sendo fechada, as sessões de comunicações e de interlocução entre grupos de pesquisas estão definidas a seguir.

Os trabalhos a serem submetidos à seleção para apresentação nas **sessões de comunicações** deverão estar relacionados às seguintes temáticas:

- **ST.1 - Transformações e permanências da cidade e do território:** espaços naturais versus construídos, redes, processos físico-espaciais e seus contextos econômicos, sociais e políticos.
- 
- **ST.2 - Temporalidades do urbanismo e planejamento urbano:** teorias, práticas, contextos e resultados.
- 
- **ST.3 - Representações da cidade e do território:** historiografia, memórias e interpretações.

Além da submissão de trabalhos às sessões de comunicações pesquisadores e estudiosos podem participar das **sessões de interlocução entre grupos de pesquisa**. O objetivo dessa sessão é dar visibilidade à produção e promover a interlocução entre grupos de pesquisa consolidados na área de história da cidade e do urbanismo. A seleção dos grupos e organização



das sessões caberão a Comissão de Organização do X SHCU, mediante texto explicativo a ser enviado. **Os grupos selecionados terão seus textos publicados nos anais.**

Mais informações no site: [www.ufpe.br/mdu/xshcu](http://www.ufpe.br/mdu/xshcu)

Contato: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE

e-mail: [mdu@ufpe.br](mailto:mdu@ufpe.br) Fone: 81-21268311 Fax: 81-21268772

Virgínia Pontual – Coordenadora  
UFPE

#### SEMINÁRIO DA UNAMAZ

#### SEMELHANTES NAS DIFERENÇAS

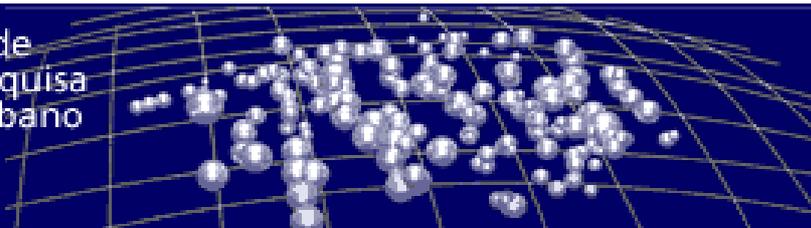
Ser "periferia" dentro de cada país é realidade comum a toda a Amazônia continental. Investir em Educação Superior é rota única de superação. Há pelo menos duas décadas o mundo se volta para a Amazônia, considerando seu importante papel nos processos ambientais globais, incluindo o aquecimento da terra e os imensos recursos naturais existentes na região. No entanto, a Amazônia continental, com uma área de cerca de 7,5 milhões de km<sup>2</sup>, quase o tamanho de toda a Europa, permanece duplamente periférica - por assimetrias externas, verificadas pelas condições geopolíticas da América Latina no contexto mundial e por assimetrias internas, percebidas dentro de cada um dos países que abrigam parte do território amazônico.

A pobreza é mais pobre, a desnutrição crônica, o analfabetismo mais intenso, os conflitos pelos recursos naturais mais graves nas porções amazônicas dos oito países que integram a Bacia Amazônica e que, em 1978, assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Com a Educação Superior, apontada de forma unânime como a única alternativa para a promoção de um desenvolvimento humano sustentável, a situação não é diferente.

Apesar dos avanços no acesso à educação superior as assimetrias ainda são gritantes. Nas duas últimas décadas, a população universitária teve um intenso crescimento em todos os países amazônicos porém ainda está longe de alcançar a média das nações mais desenvolvidas. Segundo dados do Instituto da Unesco de Educação Superior para a América latina e Caribe (Iesalc), em países desenvolvidos, 54,5% dos jovens entre 20 e 24 anos estão em instituições de Ensino Superior, enquanto que na Região Amazônica este número é de 28%. No Brasil, proporcionalmente, usando números arredondados, essa realidade não chega a 20%, inferior às taxas da Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia.

Com relação à formação de mestres e doutores na região, a maioria dos países apresenta avanços significativos, com exceção da Guiana e do Suriname, onde a Educação Superior é um fenômeno muito recente. Porém, mais uma vez, a concentração se dá nos centros populacionais política e economicamente consolidados, como é o caso do Sudeste brasileiro e com forte assimetria regional. Nesse caso, o Brasil, com mais de 80% dos cursos de doutorados oferecidos na região, é um "gigante" diante dos vizinhos.

Para entender e enfrentar tais assimetrias, o primeiro passo é conhecê-las em profundidade. Com esse intuito, a Associação de Universidades Amazônicas (Unamaz), ao completar 20 anos de existência, realizou em Belém uma série de eventos voltados à cooperação acadêmica, dentre eles, a Conferência Internacional "Cooperação Amazônica e Educação Superior para um Desenvolvimento Humano Sustentável" (23 a 26 de setembro). A Conferência constitui-se como evento preparatório da Conferência Regional da Unesco/Iesalc para Educação Superior da



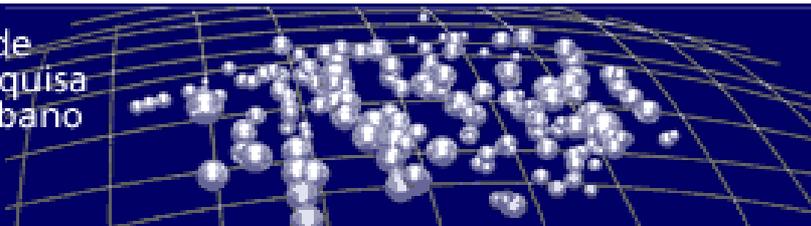
América Latina e o Caribe, que acontece na Colômbia em 2008, e que antecederá a Conferência Mundial, no ano seguinte, em Paris. Para fornecer os subsídios para o debate, consultores contratados pela Cátedra Unesco de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável (recém inaugurada oficialmente no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA) apresentaram documentos básicos sobre o desenvolvimento da educação superior em cada Amazônia nacional nas últimas duas décadas (1987-2007).

Entre as conclusões centrais do documento final da Conferência está o consenso de que "sem um sistema de educação superior, ciência e tecnologia de qualidade na região, voltado para os interesses regionais" e capaz de gerar conhecimento, utilizando as mais modernas tecnologias e incorporando os conhecimentos tradicionais, não existe possibilidade de se alcançar um desenvolvimento humano sustentável. A preocupação com a qualidade do ensino e com o crescimento acelerado das redes privadas de ensino superior é também uma questão comum entre os países. Ainda que o número de instituições e a cobertura da educação superior tenham crescido de maneira expressiva ao longo desses 20 anos, a expansão, na maioria das Amazônias nacionais, aponta o documento, "acompanha a tendência de ocorrer principalmente nas instituições privadas e em especialidades tradicionais, pouco voltadas para a realidade regional".

Alguns números apresentados ilustram essa preocupação: em 1987, não havia nenhuma universidade privada na Bolívia, somente nove públicas. Hoje, do total de 67 instituições de ensino superior bolivianas, 56 são privadas e 11 públicas, três delas na porção amazônica que ocupa quase a metade (47%) do território boliviano. No caso do Peru, o número de IES aumentou mais de 1000%, mas segundo o pesquisador Jorge Eduardo Villafuerte, da Universidade Nacional Intercultural da Amazônia peruana, isso se deu fortemente com o crescimento da rede privada". Com o advento da sociedade do conhecimento e da educação superior como mercado houve uma expansão descontrolada da oferta universitária e o empobrecimento da qualidade acadêmica". No Brasil, segundo dados de 2005, existem hoje cerca de oito universidades privadas para cada universidade pública no país, um cenário que também enfrenta tensões pelo dilema da garantia da qualidade do ensino. Para Walterlina Brasil, da Universidade Federal de Rondônia (UFRO), especialmente em relação à Amazônia, a educação superior deve responder às demandas sociais e se articular com os interesses regionais. A cooperação interuniversitária é um caminho para isso.

No Equador, a expansão acelerada da rede privada é também uma realidade. O grande fenômeno, porém, é o do crescimento da educação a distância, que já domina cerca de 70% dos cursos oferecidos nas mais variadas áreas do conhecimento. Para Max Gonzáles, reitor da Universidade Federal de Loja e presidente eleito da Unamaz, a situação mais complexa é o "divórcio da academia com as realidades sociais e culturais da região". Segundo ele, os atuais processos acadêmicos não levam em conta que na região amazônica existem povos nativos, com línguas, conhecimentos e costumes próprios que exigem um enfoque diferenciado. Para Fernando Franco, da Universidade Nacional da Colômbia (Sede Amazônia), país que tem o mais sangrento cenário de lutas armadas pelo poder político e pelo controle territorial entre as forças de estado e os grupos de esquerda e direita e o narcotráfico, a presença da universidade e a agenda de pesquisa em torno dos conflitos, tornam-se ferramentas estratégicas na construção de uma "educação para a paz" na região.

Segundo Alex Fiúza de Mello, reitor da UFPA, instituição anfitriã dos eventos da Unamaz 20 anos,



em um século em que o conhecimento será a única base para a garantia da soberania nacional, "sem conhecimento e tecnologia não existe alternativa ao subdesenvolvimento, não existe saída para nossa irrelevância periférica". Para que isso aconteça, o documento final da Conferência aponta: "para a Amazônia a Educação Superior deve ser tratada como uma ampla política regional e de Estado, com suporte efetivo as ações de cooperação, financiamento e pertinência".

Nesse sentido, Julio Salek, reitor da Universidade Autônoma Gabriel René Moreno, na Amazônia boliviana, que presidiu a Unamaz nos últimos quatro anos (2003-2007), alerta: "é preciso despertar e fortalecer uma consciência amazônica em nossos países, em governantes e governados" e cobrar "o decidido e adequado respaldo técnico e financeiro dos governos dos países amazônicos". Algo, que segundo o consenso dos discursos e debates travados durante a Conferência, é ainda insumo escasso e insuficiente nas diversas Amazônias.

Rosane Steinbrenner  
NAEA/UFPA

**REVISÃO DA  
LEI DE  
PARCELAMENTO  
DO SOLO - PL20/07**

A **ANPUR** se posiciona junto a Deputados Federais, sobre a votação da PL 20/07 – PL 3057/00 com seguinte carta enviada a todos os Deputados da Comissão responsável por esta discussão:

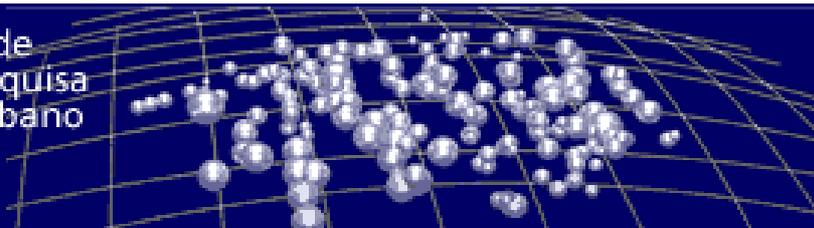
"A revisão da lei de parcelamento do solo - Lei de Responsabilidade Territorial - acaba de receber uma nova versão, através do substitutivo apresentado à Comissão Especial pelo dep. Renato Amary (PSDB/SP). Algumas alterações importantes foram feitas em relação às versões anteriores, dentre elas a liberação total de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos que, caso este projeto seja aprovado, poderão ocorrer em qualquer município - com ou sem Plano Diretor, conselhos de política urbana e órgãos técnicos de aprovação e fiscalização urbanística - além de ficar completamente liberados da doação de áreas públicas e o poder local obrigado a prestar serviços como coleta de lixo dentro dos perímetros fechados. Desta forma, o PL contraria frontalmente a função social da propriedade estabelecida na Constituição, consagrando como princípio legal a privatização do espaço público e a fragmentação da cidade.

Nesta versão ainda questões importantes como a compatibilidade entre a legislação urbanística e a legislação ambiental estão pouco equacionadas, de tal forma que permanecem lacunas e ambigüidades que continuarão a dificultar a produção de cidades equilibradas do ponto de vista sócio-ambiental. O projeto é matéria da maior importância para as cidades, na medida em que completa o ciclo de revisão do marco regulatório federal sobre a questão urbana (somando-se à Constituição e ao Estatuto da cidade), construindo o marco legal da regularização fundiária, assim como revendo a produção de novos parcelamentos. Infelizmente esta versão do PL, ao invés de avançar em relação às anteriores, introduzindo mecanismos para ampliar o acesso à terra urbanizada para todos, retrocede para uma visão do parcelamento do solo como um negócio, sem considerar seus impactos na configuração do espaço urbano, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista social".

Edna Castro – Presidente da **ANPUR**  
Raquel Rolnik – PUC-Campinas  
Maria Lucia Refinetti Martins – USP  
Ana Fernandes - UFBA  
Heloisia Costa – UFMG



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



Setembro/novembro de 2007

boletim da anpur n. 15

**UNAUGURAÇÃO  
DO CENTRO DE  
ESTUDOS BRASIL -  
VENEZUELA**

O Reitor da Universidade Federal do Pará, Prof. Dr. Alex Fiúza de Mello e a Coordenadora do NAEA, Profª. Drª. Edna Castro, inauguraram no dia 26 de setembro o Centro de Estudos Brasil - Venezuela / CESUL (com sede nas dependências do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos).

A inauguração foi precedida pela realização da Mesa Redonda "Perspectivas de Cooperação Universitária entre Brasil e Venezuela", com participação de pesquisadores de ambos os países.

Contatos: (91) 32017496

**REUNIÃO DA  
DIRETORIA EM  
BELÉM**

Estiveram reunidos nos dias 6 e 7 de novembro Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em Belém, a Diretoria da **ANPUR** (sede da gestão 2007 / 2009). Na pauta de discussão, versou sobre escolha de delegados para a III Conferência Nacional das Cidades em Brasília, a editoração da revista e livros da associação e organização de eventos. Estiveram presente a Diretoria da **ANPUR** e o novo editor da revista RBEUR, Geraldo Magela.

**ANAIS A VENDA  
NA EDITORAÇÃO  
DO NAEA**

Estão à venda na Editoração do NAEA os anais do XI e XII ENANPUR, interessados em obtê-los entrar em contato.

E-mail: [editoração\\_anae@ufpa.br](mailto:editoração_anae@ufpa.br)

Endereço: NAEA/UFPA - Campus Universitário do Guamá, Setor Profissional Rua Augusto Correa, no. 1 – CEP 66.075-900 – Belém

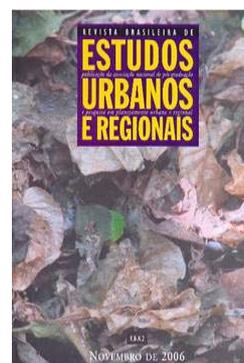
Fones: (91) 3201 7696

Valor R\$ 10,00

**ÚLTIMOS  
LANÇAMENTOS**

Foram lançados no XII ENANPUR mais dois números de nossa RBEUR. Para adquirir estes números e os anteriores, acesse: [www.anpur.org.br](http://www.anpur.org.br)

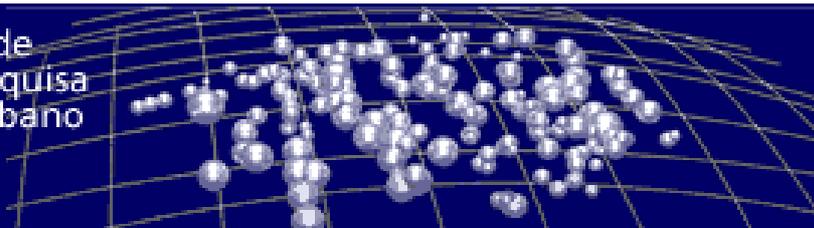
**REVISTA  
BRASILEIRA DE  
ESTUDOS  
URBANOS E  
REGIONAIS**



Maio (v. 8 – N. 1) e Novembro (v. 8 – N. 2) de 2006



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



Setembro/novembro de 2007

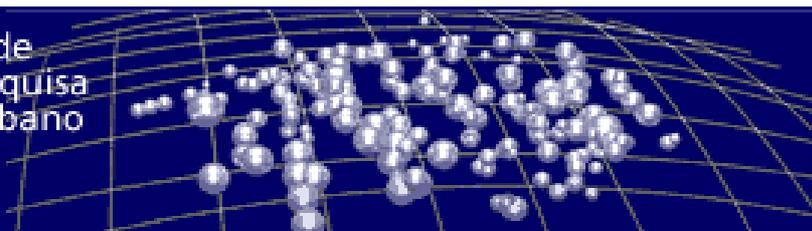
**boletim da anpur n. 15**

**CAMPANHA  
ANPUR**

**COMPLETAR A  
COLEÇÃO DE  
BOLETINS  
IMPRESSOS**

Estamos dando continuidade à campanha de recuperação da coleção dos antigos Boletins **ANPUR**, editados ainda em formato impresso. A Associação não detém em seus arquivos os números de 1 a 14 e nem os posteriores ao número 26. Com o objetivo de completar a coleção, estamos reiterando o pedido de Ana Fernandes (ex-presidente da **ANPUR**) feito no boletim nº 13, a toda a comunidade anpuriana, para doação desses números - de forma a podermos resgatar documentos básicos da história e da memória de nossa Associação. Quaisquer iniciativas nesse sentido serão muito bem-vindas e podem ser comunicadas e operacionalizadas através da secretaria da **ANPUR** ([anpur@ufpa.br](mailto:anpur@ufpa.br)).

Edna Castro  
Presidente da **ANPUR** NAEA/UFPA



Caso não deseje receber o Boletim da ANPUR , responda a este *e-mail* colocando como assunto "suspensão de recebimento".

Contribuições devem ser encaminhadas para [anpur@ufba.br](mailto:anpur@ufba.br)

#### **ANPUR**

**Presidente:** Edna Castro (UFPA)

**Secretaria Executiva:** Luiz Aragon (UFPA)

**Secretaria Adjunta:** José Julio Lima (UFPA)

**Diretores:** Adauto Lúcio Cardoso (IPPUR/UFRJ)

Leila Christina Dias (CFH/UFSC)

Roberto Luís de Melo Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG)

Virgínia Pontual (MDU/UFPE)

**Conselho Fiscal:** Brasilmar Nunes (SOC/UNB)

João Rovatti (PROPUR/UFRS)

Renato Anelli (EESC/USP)

Projeto Gráfico: Xico Costa (UFBa)

Editoria: Edna Castro (NAEA-UFPA)

NAEA  
Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Correa, no. 1  
Campus Universitário do Guamá  
66.075-900 – Belém

[www.anpur.org.br](http://www.anpur.org.br)

[anpur@ufpa.br](mailto:anpur@ufpa.br)